

Coisa Pública e Cento e Poucos Anos (1993-1989)

Elio chaves Flores*

Nesta curta e densa temporalidade (1993-1989) balizei seu recorte por dois eventos políticos significativos: o plebiscito para se escolher a forma e o sistema de governos e a efeméride do centenário do regime republicano. Pela recorrência dos assuntos em torno da cultura política e da República, trabalharei com Luis Fernando Veríssimo, Millôr Fernandes e Carlos Eduardo Novaes; e, embora menos canônicos, mas com grande vitalidade no traço, Fred e Lailson, eminentemente chargistas. Parto da hipótese de que os ironistas da República nova, em pouco menos de uma década de estiolamento da ditadura, vivenciaram um processo histórico de crescente desencantamento com a coisa pública, culminando com a ridicularização plena do impedimento de um presidente, inusitado na história da República, e de atitudes risíveis diante do plebiscito que permitiria o retorno da Monarquia. Com efeito, a postura hipercrítica em relação à cultura política da qual também não escapariam parece não se tratar de uma dimensão restrita ao universo dos chargistas e cronistas, pois historiadores, cientistas políticos e jornalistas também poderiam lembrar, comemorar e celebrar o passado construindo representações que se pautam pela ironia e pelo ceticismo. Apenas estes últimos, por dever de ofício, procurariam esconder a tropologia do cômico sob estratégias discursivas acadêmicas e metodológicas, ao passo que os intelectuais do humor teriam na ironia, na sátira e na paródia os construtos textuais de suas próprias representações.¹

As batalhas discursivas entre os defensores da República e da Monarquia, um século após a Proclamação, serviram de fermento ao humor político de cronistas e caricaturistas que testemunharam a curta e densa conjuntura da história brasileira entre a aprovação da última constituição e o plebiscito de 1993. Em larga medida, as produções satírica e irônica referentes à República e aos homens públicos partem do pressuposto associativo aos símbolos e representações monárquicas que retornavam de um passado supostamente enterrado há cem anos. A conjuntura do centenário, com a Assembléia Constituinte e a Constituição de 1988, reinventaram o debate em torno das formas de governo. A meu ver, foi um tempo crucial da República, uma vez que, somente depois de um século, seria posta em questão a “cláusula de pedra”, um bem simbólico do regime proclamado em 1889. Assim verbalizado juridicamente pela primeira constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, a República, instalada como provisória, logo passaria a ser definida como perpétua, e a Monarquia para sempre banida: “Não poderão ser admitidos como objeto de deliberação, no Congresso, projetos tendentes a abolir a forma republicano-federativa”². Somente na “Constituição cidadã”, de 5 de outubro de 1988, os propagandistas monarquistas

* Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Diretor do Núcleo ANPUH-PB (2002-2004).

¹ Este trabalho faz parte do primeiro capítulo da minha tese de doutorado intitulada *República às Avessas: narradores do cômico, cultura política e coisa pública no Brasil contemporâneo (1993-1930)*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, no mês de março de 2002, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Ferreira.

² O Art. 90, no seu parágrafo 4º, não admitia deliberação pelo Congresso de projetos tendentes a abolir a forma republicano-federativa. O Art. 6º permitia a intervenção do governo federal nas unidades federativas em quatro casos, sendo o segundo para manter a forma republicana e federativa.

conseguiram aprovar a proposta de plebiscito para definir a forma de governo: república ou monarquia constitucional, asseguradas a livre manifestação e a divulgação da doutrina monárquica, “através dos meios de comunicação de massa cessionários de serviço público”. A livre manifestação do pensamento e nenhuma privação à liberdade de consciência e à convicção filosófica ou política assegurariam as bases constitucionais para a eliminação da cláusula irremovível que resistiu incólume às demais constituições republicanas.

O debate constitucional foi crescendo na medida em que se aproximava o ano do plebiscito, marcado para 1993. Três grupos se formaram para a defesa de seus respectivos projetos: a Frente Nacional Parlamentarista, o Movimento Republicano Presidencialista e a Frente Parlamentarista Monárquica. O projeto dos monarquistas viabilizava o Reino do Brasil que se constituiria pela “vontade livre e soberana de seu povo”, e o rei seria o “símbolo da unidade e da continuidade nacionais”. Asseguravam-se ao rei e à família real as mesmas imunidades dos representantes eleitos. O Art. 4º definia que o povo reconheceria a descendência dinástica histórica da Casa de Bragança para ocupar o trono do Brasil, portanto, a mesma deposta pelos republicanos do século XIX. Outro aspecto interessante é a definição da sucessão dinástica: a ordem regular da primogenitura, com o reconhecimento do príncipe herdeiro, ao completar dezesseis anos, com a titularidade de Príncipe do Grão-Pará, jurando, à Câmara dos Deputados, a fidelidade à Constituição, às leis do Reino e ao rei. Outro retorno previsto era a Regência, para os impedimentos constitucionais e ausência do rei, e reinventava-se o Poder Moderador como um dos poderes políticos reconhecidos pela Constituição do Reino.³ Foi então que um deputado constituinte, e republicano, ao tomar conhecimento da emenda monarquista, fez uma cruel observação perante jornalistas que buscavam notícias novas: “Quem vai ser o bobo da corte?”⁴. Tratava-se de uma ironia que atualizava as sátiras e as paródias em torno da monarquia bragantina e de seus reis, vistos pela tradição republicana como simples caricaturas cesaristas.⁵ Os republicanos presidencialistas consideraram a proposta monárquica como “piada histórica” e constituíram seus argumentos a partir de três estratégias. Primeiro, fundamentaram suas posições através da “Memória Histórica”: divulgaram o Manifesto Republicano de 1870 e textos considerados históricos como o “Viva a República!”, de Lopes Trovão, e “A República é Incontestável”, de Joaquim Nabuco. O segundo item da estratégia foi a divulgação do que chamaram de “Textos Políticos”, em que as principais lideranças criticavam os perigos de ruptura da tradição republicana e atacavam tanto as propostas dos monarquistas quanto as dos parlamentaristas. O terceiro aspecto da estratégia reúne um conjunto de “Reflexões” realizadas por sociólogos, cientistas políticos e historiadores e

³ A íntegra do projeto da Monarquia Parlamentarista está editado em Álvaro Pereira. *Cara ou Coroa*: tudo o que você precisa saber sobre monarquia, república, parlamentarismo e presidencialismo. São Paulo: Globo, 1993, pp. 51-62.

⁴ Álvaro Pereira. *Cara ou Coroa*. Op. cit., p. 64. O autor da frase satírica foi o então deputado constitucional pelo Rio de Janeiro, Miro Teixeira. O monarquista Cunha Bueno assim alegava, mirando-se na exemplaridade da monarquia inglesa: “na monarquia os escândalos não saem do limite da cama. Na República, eles assaltam as contas bancárias”. O deputado Delfim Neto, conhecido por suas peripécias verbais, saiu-se com este comentário: “sai mais barato para a Nação sustentar a família imperial. Esta, pelo menos, sabe-se quantos membros tem”. Ruy Castro. *O Poder de Mau Humor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, pp. 114-15.

⁵ Ver Teresa Malatian. “O retorno do César caricato” In: Maria Stella Bresciani, Eni de Mesquita Samara e Ida Lewkowicz. (Orgs.). *Jogos da Política*: imagens, representações e práticas. São Paulo: Anpuh; Marco Zero, 1992, pp. 171-81.

publicadas na grande imprensa entre os anos de 1988 e 1993. As reflexões centram-se mais na defesa do presidencialismo e, secundariamente, discutem as opções das formas de governo. Talvez pelo fato mesmo de considerarem a possibilidade de “reinvenção” da monarquia, algo remota e presente apenas como anedota de nossa cultura política. No manifesto da Frente Republicana Presidencialista, não deixa de estar presente uma avaliação sarcástica da proposta: os parlamentaristas teriam criado “um ridículo engodo de indagar do povo se queria um Rei – precisamente no ano em que se comemorava o centenário da República – tão-só para insistir em fanatismo parlamentarista”⁶.

Assim postas as coisas na imprensa e nos meios intelectuais, os humoristas políticos também entrariam em cena e discutiriam um complexo sistema de símbolos e tradições históricas que se afirmavam como imprescindíveis à direção da coisa pública. Para Millôr Fernandes, “nossos presidentes entram sempre pelo portão monumental da esperança, sentam no trono furta-cor da decepção, e saem pela porta suíça da corrupção”. Portador de um ceticismo radical, Millôr observaria ainda que o “diabo é que um presidente tem uma data de posse e uma data de saída e os problemas não respeitam cronologia”⁷. Os discursos de republicanos e monarquistas contemporâneos não fugiriam, pois, às disputas da memória e da história. As recorrências tropológicas das representações cômicas – humor, ironia, sátira e, eventualmente, paródia – permitem inversões e reversibilidades das representações míticas de nossa trajetória política e um de seus aspectos demarcatórios: a fundação da República, que, se se reafirma em 1989, poderia ser extinta em 1993. Os argumentos oscilam como numa gangorra entre diminuição e grandeza que faz movimentar as ambivalências e capilaridades do discurso político, acadêmico ou humorístico. Neste caso, aproprio-me da hipótese de Girardet, para quem a “estranheza das origens, a rapidez da ascensão, a vontade dominadora, a natureza dos triunfos, a amplidão dos desastres é tudo o que, em um caso contribui para modelar a imagem da grandeza que, no outro caso, constitui a marca da infâmia”⁸.

Luis Fernando Veríssimo, talvez o intelectual do humor mais prestigiado na década de 90, parece ter captado essa ambivalência no tempo quente dos debates, ao escrever no ano do plebiscito estas glosas e irreverências numa crônica que iniciava pelos mexericos sobre a família real inglesa e terminava com um sonho brasileiro: “Há quem diga que o bom de viver no Brasil é justamente isso, esse constante vaivém entre o certo e o impensado, entre o pseudo-avanço e o

⁶ As estratégias estão didaticamente sistematizadas na coletânea coordenada por Darcy Ribeiro. *Formas e Sistemas de Governo*. Petrópolis: Vozes, 1993. Na parte das “Reflexões”, assinam artigos intelectuais como Mangabeira Unger, Fábio Konder Campanato, Luciano Martins, Leôncio Martins Rodrigues, Luis Felipe Alencastro e Luis Werneck Vianna. Op. cit., pp. 139-202.

⁷ Millôr Fernandes. *A Bíblia do Caos*. Porto Alegre: L&PM, 1994, pp. 382-3. Considerado mentor de um grupo de intelectuais do humor que reconhecem sua influência, como Ziraldo, Fortuna, Claudius e Jaguar, Millôr publicou mais de 50 livros, entre peças teatrais, traduções literárias, álbuns de humor e livros ilustrados. Sua produção também está espalhada por jornais e revistas de circulação nacional desde 1945, quando entrou para a revista *O Cruzeiro*, então o principal órgão dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Considerado um filósofo do humor brasileiro, com longa trajetória intelectual, atuando na grande imprensa e fundando jornais alternativos, Millôr Fernandes testemunharia e interpretaria boa parte da duração republicana entre 1943 até o momento em que escrevo. Uma síntese de sua “filosofia humorística” pode ser vista em três de suas várias coletâneas: *Lições de um Ignorante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963; *Livro Vermelho dos Pensamentos de Millôr*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1973; e, *Todo Homem é Minha Caça*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1981.

⁸ Raoul Girardet. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 16.

retrocesso. Que difícil é viver em países menos brasileiros. A mesmice. O tédio. Imagine as coisas terem o mesmo preço dia após dia. Você vai ao supermercado e na volta não tem o que comentar em casa”. Desse anos densos Veríssimo vai ao âmago republicano: “A gente elege um presidente e quando vê quem está no seu lugar é um vice do qual a maioria até já esquecera o nome. Não é impossível que depois de um período relativamente curto como república, ou coisa parecida, o Brasil volte a ser monarquia. Queremos experimentar de tudo, provar de todo o vasto banquete de possibilidades que é a vida. Parlamentarismo? Não sabemos bem o que é, mas parece interessante. Presidencialismo? Deve ser divertido. Manda. Ah, é o que está aí? E tem gente que quer mais?!⁹ Pode-se dizer que Luis Fernando Veríssimo foi capaz de, além de ser o historiador do fortuito, do cotidiano e das necessidades econômicas, historicizar idéias bastante referenciais da duração republicana, passadas e contemporâneas – mudança, retrocesso, estabilidade – a partir de uma escritura polifônica e carregada de ironia desconcertante. Talvez fosse o caso de dizer assim, pelas palavras de Bakhtin, “a vontade artística da polifonia é a vontade de combinação de muitas vontades, a vontade do acontecimento”¹⁰, que seria a República fazer-se República ou alguns republicanos deixarem de ser mais republicanos do que os outros. Uma república com plena cidadania seria válida por um dia, mais do que a histórica de um século, cuja exclusão social lhe fura as vistas para o devir.¹¹ Ainda no mês de fevereiro de 1993, Veríssimo elogia o mote dos monarquistas – “Vote no Rei” –, como sendo uma pérola de nossa cultura política, e discorre sobre uma notícia supostamente histórica: “Há pouco descobriram na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro um pêlo pubiano de Dom Pedro I, não se você viu. Parece que foi usado para marcar o lugar num livro, não se sabe se por ele mesmo ou por alguma admiradora. Não, não estou propondo que o pentelho imperial passe a figurar na campanha monarquista, ainda mais com o novo moralismo vigente, mas as possibilidades promocionais da descoberta devem ser investigadas”. Assim, o cronista propõe que os monarquistas poderiam, não somente batalhar a restituição da monarquia, mas também a clonagem do primeiro monarca e, enquanto o novo Dom Pedro não tivesse idade para assumir, a nação seria governada por um regente ou uma junta real. De modo que, “em vez de Rei, no plebiscito, se estaria votando no Pentelho Primeiro, seu apelido inevitável até a adolescência”. Como na realeza o privado e o público se misturam como caldos da política, desde a

⁹ Luis Fernando Veríssimo. *Comédias da Vida Pública*: 266 crônicas datadas. Porto Alegre: L&PM, 1995, pp. 275-6 (Crônica de 24/01/1993). Veríssimo subverte a divisão dos gêneros literários, e sua crônica não se enquadraria na classificação “comentário à margem da história”. Seus primeiros textos, publicados em jornais de Porto Alegre entre 1969 e 1972, formariam o seu primeiro livro elucidativo do meu argumento: *O Popular*: crônicas, ou coisa parecida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. Numa crônica autobiográfica, onde alude às incansáveis entrevistas a jornalistas e estudantes, Veríssimo afirma em tom jocoso: “Sou um gigolô das palavras. Vivo às suas custas. E tenho com elas exemplar conduta de um cáften profissional. Abuso delas. (...) Maltrato-as, sem dúvida. E jamais me deixo dominar por elas. (...) As palavras, afinal, vivem na boca do povo. São faladíssimas. Algumas são de baixíssimo calão. Não merecem o mínimo respeito. (...) A Gramática precisa apanhar todos os dias para saber quem é que manda”. L. F. Veríssimo. *O Gigolô das Palavras*. (Crônicas selecionadas e comentadas por Maria da Glória Bordini). Porto Alegre: L&PM, 1996, pp. 10-12.

¹⁰ Mikhail Bakhtin. *Problemas da Poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forence-Universitária, 1981, p. 16. Para Bakhtin, a própria idéia se torna factual e assume o caráter especial de “idéia-sentimento”, quando “incorporada ao acontecimento”. Tal seria, portanto, a natureza do discurso polifônico que, como o romance, “só pôde realizar-se na época capitalista”. Op. cit., pp. 3-37.

¹¹ Uma reflexão sobre a exclusão social na República consta no trabalho de Lícia Valladares. “Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil.” In: Renato R. Boschi. (Org.). *Corporativismo e Desigualdade*: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj; Rio Fundo Editora, 1991, pp. 81-112.

infância, “a educação e a preparação de Dom Pedro para o cargo seriam acompanhadas pela nação enterneçada e depois, se o clone tivesse metade da personalidade ferosa da matriz, suas aventuras seriam o assunto da corte e o divertimento do país”¹². Não poucas vezes, Veríssimo utilizaria o humor erotizado e alusivo ao baixo corporal como metáforas explicativas nos embates políticos e ideológicos.

Ainda no mesmo ano, a sátira de Millôr Fernandes mistura intencionalmente forma e sistema de governo e, a partir de polarizações ideológicas históricas, caracteriza a perspectiva plebiscitária num sentido semelhante ao de Veríssimo: “Já estivemos entre a cruz e a espada, entre a subversão e a repressão, entre diretas e indiretas. Mas agora, na hora do plebiscito, nos encurralaram (valha a etimologia) entre a monarquia e o presidencialismo. Isto é, entre o tampax e o supositório”¹³. Pode-se dizer que havia, no início da década de 90, entre os intelectuais humoristas e, de certa forma, entre as esquerdas que tinham perdido a eleição majoritária de 1989, um sentimento de desencanto que se traduzia na percepção da história como tragédia. Algo como o “presente como falsificação da ‘Nova Era’ e como repetição trágica do passado”, corroborado por mensagens que sedimentariam o etapismo da República. Assim, a epígrafe retórica do “tudo pelo social”, do governo que sucumbiu à inflação e organizou a celebração do centenário do regime, em 1989, talvez triunfasse a partir de uma nova posse que, ato contínuo, progrediu pela lei de ferro dos moedeiros, no salve-se quem puder do confisco da poupança dos republicanos.¹⁴

O historiador gaúcho Décio Freitas lembra que, quando os constituintes de 1988 aprovaram a convocação do plebiscito sobre a “entronização de um rei no Brasil”, a perplexidade e a ironia apareceram na imprensa francesa: “No Brasil, as rãs querem um rei?” Freitas trabalha com a seguinte aporia: enquanto que em alguns países europeus a monarquia sobrevive como “veneranda relíquia histórica”, no Brasil ela seria anunciada como “instituição modernizadora”. Sua conclusão não é menos irônica, e afirma que não é de monarquia que o Brasil precisa, mas “de mais república”, isto é, “uma cidadania menos formal e mais real, através da eliminação de privilégios e exclusões”. A solução, segundo o autor, não é pedir um rei, porque “as rãs sempre se arrependem disso”¹⁵. Analogias externas e artefatos midiáticos seriam recorrentes na sátira da proposta monárquica. Assim, o caricaturista pernambucano Lailson recorreria ao cinema – como fez o historiador com a imprensa –, para satirizar o presidente em atuação. O cartaz que servia de divulgação do filme sobre o pequeno herdeiro da última dinastia chinesa, destituída por uma revolução republicana, “O Último Imperador”, um dos “favoritos ao Oscar 88”, serviria de imagem para a atitude imperial e chinesa de José Ribamar Sarney. O contraste entre a luz e a sombra e o gesto imperial em plena vigência da República permeiam a narrativa satírica da imagem em que o chargista nordestino seria, a seu modo, “um historiador do traço”¹⁶. Afirmo que o caricaturista, ao

¹² Luis Fernando Veríssimo. *Comédias da Vida Pública*. Op. cit., pp. 276-7 (Crônica de 28/02/1993).

¹³ Millôr Fernandes. *A Bíblia do Caos*. Op. cit., p. 368. Uma de suas definições sobre a política seria uma paráfrase do ditado popular sobre a prostituição: “Política é a mais antiga das profissões”. Op. cit., p. 370.

¹⁴ Ver Maria da Conceição Tavares (Org.). *Aquarela do Brasil: ensaios políticos e econômicos sobre o governo Collor*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991, pp. 7-11 e 121-32.

¹⁵ Décio Freitas. *A Comédia Brasileira*. Porto Alegre: Sulina, 1994, pp. 19-21.

¹⁶ Lailson de Holanda Cavalcanti foi diretor artístico de agências de publicidade pernambucanas e iniciou sua carreira de cartunista em meados da década de 70, no Recife, sua cidade natal. Desde 1977 mantém uma charge diária no jornal

se apropriar de artefatos midiáticos, narra a idiossincrasia latente nos últimos cem anos de nossa história: num processo recorrente, ao ligar duas semelhanças – rei e presidente –, liga, pela metonímia, a história individual à história coletiva – rei/presidente e monarquia/república –, de tal maneira que se transita de uma pequena alucinação, isto é, sugerir monarquia, ao registro histórico, que é a Nova República. Desta forma, os efeitos da luz ligam o tempo presente da narração, a conjuntura do centenário, àquilo que se poderia chamar de “imagem-lembrança”, mesmo que a lembrada seja a indecifrável monarquia chinesa, uma vez que o fator mais saliente é que o rei é brasileiro e, mais especificamente, nordestino. Assim, acredito que o caricaturista Lailson explorou o que se poderia chamar de humor paródico pela reprodução de uma – valha a redundância – imagem imaginada, uma vez que, como supunha Walter Benjamin, “o olho aprende mais depressa do que a mão desenha”, e a reprodução da obra de arte e a cinematografia repercutem uma sobre a outra.¹⁷ Em outras palavras, Lailson tenta mostrar ao leitor uma colagem iconográfica do “último imperador”, leia-se o último presidente de uma república que desenterrava o espectro monárquico justamente quando se aproximava o centenário do regime.

Na verdade, a retirada da cláusula de pedra do legalismo republicano e os debates em torno do plebiscito iniciam, antes mesmo de aprová-la, a revisão da Constituição de 1988, prevista para um prazo de cinco anos. O escritor Carlos Eduardo Novaes ironizaria a constituição no sentido de festejá-la e celebrá-la, considerando-a como um produto sofisticado e moderno. Enfim, a “oitava” da República era lançada em “oitenta e oito”, assegurando direitos e uma nova maneira de viver. Era de fato, depois de um centenário, a República de todos os sonhos. Para tornar mais alusivo o seu texto, o autor utiliza-se de um conhecido lema publicitário de uma instituição financeira estatal e convida os republicanos a consumirem leis, direitos e cidadania: “Um texto feito para vencer os mais duros desafios das crises institucionais e resistir a fortes pressões de golpes e quarteladas. Verifique você mesmo. Passe no seu revendedor constitucional e troque a velha Carta de 67 – cheia de emendas e remendos – pela novíssima modelo 88, com cinco anos de garantia (primeira revisão só em 1993). (...) Uma Constituição que vai bem em qualquer ambiente. Na fábrica, nos campos, nas praias, na cozinha. Sinta a suavidade de seus capítulos, a maciez dos artigos, a doçura dos parágrafos, a fofura das alíneas. (...) Carta 88, um texto novo e diferente de tudo o que existe por aí. A última palavra em constituições com a garantia da Nova República”. A seguir o autor dirige-se às classes populares: “Você, querida cozinheira, que tem deixado queimar a comida do patrão, preocupada com férias, licença, aviso prévio, aposentadoria, agora poderá preparar saborosos quitutes: a Carta 88 aboliu a escravidão. E quanto a você, caro pobre, em crise existencial por não poder pagar para obter registro civil, certidão de óbito e outros documentos,

Diário de Pernambuco. Autor de três livros de charges e um de cartuns, começou, ainda na década de 80, a se interessar pelo resgate da memória do humor gráfico pernambucano ao organizar o I Salão de Humor de Pernambuco, daí ser considerado pelos círculos intelectuais e jornalísticos do Recife “um historiador do traço”. Um de seus livros mais conhecidos é *Humor Diário: a ilustração humorística do Diário de Pernambuco (1946-1996)*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1996.

¹⁷ Benjamin dirá que as artes gráficas, graças à litografia, “adquiriram os meios de ilustrar a vida cotidiana” e que pela primeira vez no processo de reprodução da imagem, “a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora cabiam unicamente ao olho”. Ver Walter Benjamin. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica: primeira versão.” In: *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Obras Escolhidas. v. 1). São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 165-96.

agora poderá dormir tranqüilo debaixo da ponte. A Carta 88 vai lhe permitir exercer seu direito de cidadania sem desembolsar um tostão. Não é formidável? É por isso que nós dizemos: fora da Carta 88 não há salvação! Só ela oferece mais pelo seu dinheiro. Vem para a Carta você também, vem!”¹⁸. Trata-se, a meu ver, de crônica cujo discurso oscila entre o cômico e o sério, pelo novo tratamento que o autor dá à realidade da representação de um conjunto de normatizações jurídicas. Embora Novaes recheie o texto com alusões ao passado republicano, ele dirige-se aos contemporâneos e incita-os a construir uma espécie de atualidade inacabada que está ali, utopicamente disponível na nova constituição. Mas não se pense na ingenuidade do cronista, antes estaria ele mais para o crítico que se quer cínico e desmascarador, uma vez que baseia o seu discurso irônico noutro discurso, o jurídico, conscientemente na experiência e na fantasia livre de uma vontade. Porque se tem ao mesmo tempo a seriedade retórica, a racionalidade e a univocidade – até mesmo o dogmatismo – que se incrustam no clima cômico de “alegre relatividade”¹⁹ – expressão bakhtiniana –, na cosmovisão das formas jurídicas que pouco pegam na cultura política da República. Esta parece ser a ambivalência da “Comédia Brasileira”, que, vista pela crítica ortodoxa, seria trágica em tudo, embora não desespere da crença de que o país, apesar de tudo, poderia ser a Grande República da América Latina, algo como um elo do futuro frente ao passado do maior império das Américas, que tanto os monarquistas do centenário quanto os aliados do poder com a Proclamação nunca se furtaram de lembrar e relembrar. Esta ambivalência entre o cômico e o sério talvez corresponda à lógica da tradição e à sina das mudanças e reformas, em que para os lumpen-republicanos não passaria de um conservar piorando. Mesmo assim, não seria exclusividade da República capitalista brasileira a recorrência a uma modernidade esquizofrênica, levantada no continente das repúblicas populares do Leste europeu governadas por camaradas às avessas, em que tudo se transformava em definições administrativas e burocráticas, que muitos crentes nos trópicos acreditavam serem verdadeiros nirvanas republicanos. Um caricaturista sugeriu que, nas fazendas coletivas de tais repúblicas exemplares, as moças distraidamente ordenhavam tratores.²⁰

A própria revisão constitucional, ensejada pelo plebiscito, que ofertava ao povo contemporâneo “provar” a monarquia, estaria representando o “mudar para permanecer como está”. Assim, o caricaturista Fred desenharia charge elucidativa a respeito: a Carta 88, deteriorada em pouquíssimos anos, cuja capa é mostrada pela parede trincada, sobressaindo-se a metade da bandeira republicana em sentido vertical. Um político, subido num pequeno andaime, retira cacos

¹⁸ Carlos Eduardo Novaes. *O País dos Imexíveis*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1990, pp. 15-17. Nascido no Rio de Janeiro em 1940 e intelectual atuante nas áreas do teatro, rádio e televisão, Novaes começou no jornalismo em 1969. Em 1970 iria para o *Jornal do Brasil* compor a sessão de esportes. Logo, o sucesso de suas crônicas esportivas fez com que recebesse outra coluna para escrever sobre assuntos variados. Ganharia reconhecimento público como humorista do cotidiano e das coisas políticas do Brasil nas páginas do *JB*, até então, como diria um de seus prefaciadores, “um jornal acostumado a calçar polainas”. Publicaria mais de 20 livros desde os anos 70: seu primeiro livro *O Caos Nosso de Cada Dia* (Rio de Janeiro: Nórdica, 1974) venderia mais de 100 mil exemplares em cinco anos, e *O Quiabo Comunista* (Rio de Janeiro: Nórdica, 1977) seria o livro mais vendido do ano com quatro edições sucessivas. Dos anos 90, ver Carlos Eduardo Novaes & César Lobo. *História do Brasil para Principiantes: de Cabral a Cardoso, 500 anos de novela*. São Paulo: Ática, 1998, pp. 5-7.

¹⁹ Mikhail Bakhtin. *O Problema da Poética...* Op. cit., pp. 92-3.

²⁰ A charge da ordenha de tratores é creditada ao caricaturista David Low, criada depois de uma visita à URSS na década de 30. Ver Eric Hobsbawm. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, especialmente pp. 363-90.

da parede com uma picareta de mão, e a placa avisa: “Atenção, estamos em reforma”. No canto esquerdo da imagem, dois “republicanos” analisam o projeto, e um deles diz ao outro: “Nada muito sério... A preocupação é apenas a fachada”. Dito de outra forma, a seriedade, como não mais do que a superficialidade das reformas, está em gastar energias para manter o aparente, a paródia de si mesmo. O próprio caricaturista, no prefácio ao seu livro de charges, seria categórico ao definir as ambivalências do cômico: “vivemos num país rico em desacontecimentos e exageradamente pobre em seriedade”²¹. O simples fato de retorno da monarquia – uma nova era? – poderia fazer com que a “Constituição cidadã” tivesse a vida mais curta de todas as Cartas da República. De forma que a República vivia alguns paradoxos políticos e institucionais: Constituição nova, leis ordinárias e decretos da ditadura em plena vigência, e, ainda, a possibilidade efetiva de se colocar um fim institucional no regime. Assim, as ambivalências seriam deslocadas da retórica institucional para a dimensão da cultura política, sobressaindo-se muito mais vícios privados do que virtudes públicas. Uma cultura política que seria assim descrita na linguagem direta do chargista Fred: “Aqui povo não come; político não trabalha; saúde não presta; previdência não existe; criança não estuda; violência não tem controle e todos são felizes... afinal”, e segue-se o título do livro: *Quem disse que o Brasil não tem graça?*²²

Para desacreditar a fixação monárquica, nos anos entre o centenário e o plebiscito, espalharam-se algumas glosas iluministas, a partir dos círculos republicanos. A tal ponto que uma máxima satírica de Voltaire chegou a se tornar popular nas ruas e botequins: “os reis com seus ministros são como os cornudos com suas mulheres – nunca sabem o que se passa”²³. Luis Fernando Veríssimo usaria metáfora cômica ao analisar o resultado das eleições em meio à efeméride do centenário e a preparação eleitoral do segundo turno, visto como a derradeira cena política: “existe uma grande curiosidade no público para saber como estarão as coisas no palco quando abrirem a cortina. Já se conhece os dois protagonistas principais, claro – o Príncipe e o Torneiro Mecânico – e se tem uma idéia geral da trama (tudo acontece num país improvável, onde os dois lutam pelo amor da República, que está à morte e só será restaurada pelo beijo do homem certo), mas o resto é uma grande incógnita”²⁴. Assim, a celebração do centenário da República e o plebiscito, que trazia à tona o espectro da Monarquia, tornaram-se potências mobilizadoras e acordaram os mitos adormecidos, pois, segundo Girardet, o mito político pode ser instrumento de reconquista de identidades comprometidas, e, em situações de “rompimento do meio histórico”, elas se desenvolvem em clima de “vacuidade social”²⁵.

²¹ Fred (Frederico Ozanan G. Pereira) *Quem disse que o Brasil não tem graça?* João Pessoa: Editora Universitária, 1997, p. 10. Paraibano de Campina Grande, Fred, que se define como “cartunista por acaso e democrata por convicção”, iniciou sua trajetória como profissional do traço no jornal *Gazeta do Sertão*. Depois desenhou para vários jornais dos estados nordestinos e nortistas. No Rio de Janeiro, foi colaborador de *O Pasquim* e da *Revista Cartoon*. Vários de seus trabalhos, publicados entre os anos de 1984 e 1994 nos referidos periódicos, estão reunidos na coletânea citada e, mais recentemente, em *Falando Sério*. João Pessoa; Editora Universitária, 1999.

²² Idem, *ibidem*.

²³ Álvaro Pereira. *Cara ou Coroa*. Op. cit., p. 78. Embora não tenha definição para monarquia Millôr Fernandes, construiria uma máxima para o verbete rei: “Em terra de cego quem tem um olho foge do rei”. Millôr Fernandes. *A Bíblia do Caos*. Op. cit., p. 412.

²⁴ Luis Fernando Veríssimo. *Comédias da Vida Pública*. Op. cit., pp. 211-12 (Crônica de 21/11/1989).

²⁵ Raoul Girardet. *Mitos e Mitologias Políticas*. Op. cit., p. 183.